

ARTIGO

FACES DO JUVENICÍDIO: ANÁLISE DOS DADOS DE MORTALIDADE JUVENIL EM PORTO ALEGRE/RS

LAÍS SILVA STAATS

Assistente Social. Pesquisadora. Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Atua principalmente nos seguintes temas: juventudes, violência estrutural, políticas públicas, proteção social, seletividade penal e direitos humanos.

País: Brasil **Estado:** Santa Catarina **Cidade:** Joinville

Email: lais.staats@hotmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-7394-6938>

GIOVANE ANTONIO SCHERER

Doutor em Serviço Social pela PUCRS. Professor do departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, junto à graduação e ao Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social da UFRGS. É coordenador do Grupo de Estudos em Juventudes e Políticas Públicas - GEJUP/UFRGS. Bolsista produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

País: Brasil **Estado:** Rio Grande do Sul **Cidade:** Porto Alegre

Email: giovane.scherer@ufrgs.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-3847-7202>

Contribuições dos(as) autores(as): Laís Silva Staats é pesquisadora integrante da equipe de pesquisa. Responsável pela coleta, tabulação e análise das informações junto ao Sistema de Informações de Mortalidade – SIM. Contribuiu no processo de análise de dados e mediações teóricas ao longo da produção do material. Giovane Antonio Scherer é coordenador do projeto de pesquisa, desenvolvimento da metodologia e orientação dos processos metodológicos. Contribuiu no processo de análise de dados e mediações teóricas ao longo da produção do material.

Data de Recebimento: 27/07/2023 – **Data de Aprovação:** 08/05/2024

DOI: 10.31060/rbsp.2025.v19.n1.1973

RESUMO

O presente artigo analisa a dinâmica dos homicídios de jovens em Porto Alegre/RS, considerando o contexto histórico brasileiro e as múltiplas determinações do juvenicídio – fenômeno que é associado à violência estrutural, acarretando a interrupção de projetos de vidas devido aos homicídios de jovens. Por meio da análise documental dos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) sobre a cidade de Porto Alegre, observa-se a relação entre mortalidade juvenil e desigualdade social, materializada na análise do território da cidade, bem como suas mediações com a criminalização da pobreza, tendo o racismo estrutural como pilar central do juvenicídio. As vidas descartadas pela violência letal são, em sua maioria, de jovens do sexo masculino, negros e moradores de territórios com precários acessos às políticas públicas. Aponta-se para a necessidade de políticas públicas de proteção social para as juventudes, materializando os princípios legais no que se refere aos direitos juvenis.

Palavras-Chave: Juvenicídio. Juventude. Violência estrutural. Território. Proteção social.

DIMENSIONS OF JUVENICIDE: AN ANALYZES OF YOUTH MORTALITY DATA IN PORTO ALEGRE/RS

ABSTRACT

This article analyzes the dynamics of youth homicides in the city of Porto Alegre/RS, considering the Brazilian historical context and the multiple determinations of juvenile murder - a phenomenon that is associated with structural violence, contributing to the interruption of life projects due to homicides of young people. Through documentary analysis of data from the Mortality Information System - SIM on the city of Porto Alegre, the relationship between juvenile mortality and social inequality is understood, materialized in the analysis of the city's territory, as well as its mediations with criminalization of poverty, with structural racism as the central pillar of youth crime. The lives discarded by lethal violence are mostly young men, blacks living in territories with precarious access to public policies. It points to the need to establish public policies for social protection for youth, materializing the legal principles with regard to youth rights.

Keywords: Juvenicide. Youth. Structural violence. Territory. Social protection.

INTRODUÇÃO

A construção sócio-histórica do Brasil é marcada por diversas violências, desde a sua colonização até atualmente, as quais se manifestam de inúmeras formas, impactando especialmente nas trajetórias de vida de pessoas de segmentos sociais mais empobrecidos da classe trabalhadora. No capitalismo, modo de produção em que tudo é transformado em mercadoria, a vida e a morte são ameaçadas constantemente, tornando-se muitas vezes descartáveis e sendo interrompidas sistematicamente, expondo também a violência estrutural (Silva, 2010) que atinge, em especial, as juventudes brasileiras. Compreender esse fenômeno, que não é "novo", mas que marca a história brasileira, implica no movimento de desvendar outras relações da sociedade que se tornam letais para esse segmento. Assim, compreender a morte de jovens enquanto "juvenicídio", conceito criado por Valenzuela (2015), permite analisar tais mortes para além dos dados quantitativos, por considerar fatores históricos, sociais, econômicos, entre outros, que são basilares do juvenicídio.

No Rio Grande do Sul/RS, a dinâmica da violência letal não se apresenta diferentemente da realidade brasileira. Também com altos índices de homicídios, o estado apresentou uma taxa de 50,8 homicídios de jovens de 15 a 29 anos, por 100 mil habitantes, em 2018 (Ipea; FBSP, 2020), sendo destaque como um dos estados que tem apresentado maior taxa de crescimento de mortalidade juvenil no Brasil na última década. A fim de desvendar as múltiplas determinações do fenômeno do juvenicídio no Rio Grande do Sul, compreendendo-o como expressão mais trágica de um contexto de violação de direitos, é constituída uma investigação com o objetivo de analisar a relação entre os altos índices de mortalidade juvenil e o acesso das juventudes às políticas públicas. A investigação nasce de uma articulação entre o Grupo de Estudos em Juventudes e Políticas Públicas/GEJUP, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, e a Frente de Enfrentamento à Mortalidade Juvenil/FEMJUV, movimento social que busca pautar o tema da violência letal juvenil junto a diversos espaços no Rio Grande do Sul.

O presente estudo possui financiamento público captado junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

– FAPERGRS e é constituído de diversas etapas, sendo que o presente artigo apresenta a análise dos dados da primeira fase do estudo, na qual foi realizada a pesquisa documental a partir da coleta de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), que respondeu ao primeiro objetivo específico da pesquisa: identificar as características dos jovens da violência letal.

Nesse sentido, o presente artigo objetiva apresentar os resultados advindos da pesquisa documental, analisando-os a partir de outros estudos com temáticas correlatas. A análise sobre o juvenicídio exige uma leitura não pulverizada do fenômeno, compreendendo a cadeia de mediações existentes na constituição da mortalidade juvenil, a qual está inserida em um complexo de complexos, que necessita ser desvendada em suas dimensões particulares, singulares e universais.

Assim, organizado em dois momentos, o artigo propõe desenvolver a discussão sobre a “descartabilidade” e a interrupção da vida de jovens vítimas de homicídios. Sobre a descartabilidade, considera-se a concepção de juvenicídio relacionada à reificação humana no Brasil no modo de produção capitalista, cuja construção sócio-histórica é marcada por diversas violências, na qual emerge-se a análise da transversalidade do racismo estrutural como pilar central da dinâmica do juvenicídio. Referente à interrupção dessas vidas, são apresentados os dados da pesquisa documental sobre os homicídios de adolescentes e jovens de 12¹ a 29 anos em Porto Alegre/RS, apresentando características referentes ao número de vítimas de homicídios nessa faixa etária, ao sexo, à cor/raça e ao bairro de residência das vítimas de homicídio, analisando-os a partir da articulação com debates propostos em outros estudos referentes à temática. Este estudo identifica a necessidade de criação e implementação de políticas públicas de proteção específicas para esse segmento social, considerando elementos históricos que precisam ser superados para que a juventude negra pare de ser vitimada pelo juvenicídio.

VIDAS DESCARTÁVEIS: JUVENICÍDIO E REIFICAÇÃO HUMANA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

O solo sócio-histórico brasileiro é irrigado com sangue! Essa constatação só é possível ser percebida quando a “história é escovada a contrapelo” (Benjamim, 1987), isso é: no momento em que se analisa o processo histórico pela lógica daqueles que foram atropelados pela civilização, pelo progresso e pela modernidade. O poder de uma classe dominante resulta, dentre diversos fatores, do pressuposto triunfo histórico no combate às classes subalternas, na utilização de uma visão evolucionista da história como acumulação de “conquistas”, onde “os de baixo” são percebidos como vencidos (Löwy, 2005). A história do Brasil é construída pela lógica dos “vencedores”, sendo necessário alterar essa perspectiva, para demonstrar elementos que foram apagados pela classe dominante na constituição das particularidades do capitalismo brasileiro.

O genocídio da população indígena, inaugurado com a invasão europeia ocorrida a partir de 1.500; a dinâmica do escravismo que violentou e assassinou milhares de vidas negras no país ao longo de mais de 300 anos; as mortes e perseguições resultantes da ditadura civil-militar a partir de 1964, entre outros, demonstram com nitidez exemplos explícitos de como o descarte da vida humana é articulado no Brasil como forma de efetivação de projetos de sociedade ao longo da história. O capitalismo brasileiro se

1 Inicialmente, a pesquisa pretendia analisar a dinâmica da mortalidade juvenil de jovens de 15 a 29 anos; porém, optou-se por ampliar a faixa etária para 12 a 29 anos, após relatos de profissionais e militantes do Movimento Social que participaram da execução da pesquisa referente à vitimização por homicídio precoce em Porto Alegre/RS.

consolidou por meio de um processo constitutivo de marcas profundas de seu passado colonial, enquanto uma colônia de exploração, reabsorvendo e redefinindo as desigualdades presentes nas relações raciais do passado escravista, por meio do advento do trabalho “livre” e de novas condições sócio-históricas (Fernandes, 2006). O desenvolvimento do capitalismo no Brasil se deu mantendo os “elementos arcaicos” (Fernandes, 2006), consolidando reformas na perspectiva que tornassem inalteradas a dinâmica da desigualdade social histórica e mantendo a dependência com países de capitalismo central.

As mudanças para a implantação do capitalismo brasileiro foram feitas “pelo alto”, com pouca participação popular em suas decisões (Iamamoto, 2007). Nos termos de Gramsci (1978), vivenciou-se no Brasil uma “revolução passiva”, em que a hegemonia se adianta em qualquer movimento contra-hegemônico, desenvolvendo reformas na perspectiva da manutenção do poder. Em uma síntese dialética entre o arcaico e o novo, o Brasil constrói a sua história mantendo intacta a dinâmica da desigualdade social, sendo que a lógica genocida do passado se reapresenta no presente com novas roupagens, mas que mantém a perspectiva da reificação da vida humana para as classes subalternas, uma vez que “a estrutura da reificação penetra cada vez mais profundamente, fatalmente, constitutivamente, na consciência” (Lukács, 1989, p. 108). Com o desenvolvimento das forças produtivas na realidade brasileira, que mantém intocável os privilégios de uma burguesia submissa aos desígnios do capital internacional, reforça-se a prerrogativa dos atributos das coisas em detrimento das relações sociais que as qualificam (Iamamoto, 2007). Reifica-se a vida humana no momento que essa é transformada em um objeto, sem utilidade, descartado na lógica da produção mercantil de valores, na dinâmica do capital em seu atual momento histórico.

Não somente a força de trabalho é descartada no âmbito das relações capitalistas, em um momento histórico da agudização da crise estrutural do capital², mas a própria vida de determinados seres humanos se constitui enquanto um elemento descartável. Dessa forma, em cada momento da história do Brasil, vidas são exterminadas e argumentos são construídos para que essa banalização da vida humana possa se legitimar de forma coletiva. Em uma conjuntura em que a racionalidade neoliberal impera, mortes são comemoradas e televisionadas construindo uma narrativa fetichizada que, por meio de diversos discursos, busca ocultar a intensa barbárie estabelecida nas relações sociais contemporâneas. O fetiche, enquanto uma mera construção artificial que disfarça as relações sociais constituídas por meio dessa sociabilidade (Harvey, 2013), é acionado na perspectiva de legitimar um conjunto de valores calcados na desvalorização do direito de viver de algumas pessoas.

A produção argumentativa de discursos que justificam a banalização da vida, muito em voga na realidade contemporânea, mantém suas bases fixas em concepções muito presentes ao longo da história do Brasil, de cunho racista, eugenista e conservador. Tais concepções se reapresentam – ora explícitas, ora ocultas –, e se fundamentam em uma direção neoconservadora que age como um recurso ideológico e que esfumaça as raízes das relações sociais de produção, criando figuras imaginárias que são responsáveis por crises e violências.

Na perspectiva neoconservadora, o que se deseja conservar são as estruturas para que o capitalismo possa se reproduzir, para isso lançam mão de um arsenal ideológico que se forma por meio, dentre outros elementos, da criminalização da pobreza e da militarização da vida cotidiana (Barroco, 2011). A criminalização da pobreza, com fortes recortes raciais, é acionada como meio de justificar o massacre de populações que vivem em localidades violentadas pela dinâmica estrutural do capital, reconstruindo,

2 A crise estrutural do capital é formada por consequências nunca vistas na história. Embora não seja nova, tal crise possui como características: o caráter universal, não resumido em um ramo de produção; e o escopo global, em contínua permanência com desdobramentos graduais, não sendo apenas uma crise cíclica (Mészáros, 2011).

por meio do discurso da “limpeza social” e das “guerras às drogas”, o passado, que se faz presente e continua a irrigar com sangue negro o solo do Brasil. Constrói-se, assim, uma simbiose entre a dinâmica neoconservadora e neoliberal, emergente no atual cenário brasileiro, sendo que o neoconservadorismo mostra-se funcional ao projeto neoliberal, por justificar os efeitos perversos das políticas econômicas neoliberais, através de uma retórica excludente e práticas autoritárias de controle à população indesejada (Casara, 2018). Com relação a esse aspecto, Scherer e Nunes (2018, p. 12) evidenciam que: “É nesse ponto de interseção que se relacionam concepções conservadoras com ideários neoliberais, que criam socialmente a ideia do sujeito perigoso, ao mesmo tempo que geram ausências de políticas públicas, ampliando a precarização da vida de determinados segmentos”.

A partir de mediações históricas, reafirmadas pela racionalidade neoliberal e pela ideologia neoconservadora, se criam discursos que legitimam a morte na realidade contemporânea. Para analisar como esses mecanismos se manifestam na perspectiva da banalização da vida, é importante compreender quem são as “vidas matáveis” no contexto atual. Nesse sentido, o estudo *Global Study On Homicide: Understanding homicide – typologies, demographic factors, mechanisms and contributors*, organizado em 2019 pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), coloca o Brasil entre os países com maiores índices de homicídios do mundo, destacando que, embora o país esteja experimentando uma redução considerável em sua população juvenil, em termos demográficos, nos últimos anos, a taxa de homicídios não tem seguido a mesma tendência de declínio entre essa população, mas em vez disso aumentou consideravelmente nas últimas décadas (UNODC, 2019). A faixa etária é um traço marcante das características das vítimas de violência letal no Brasil, sendo que a juventude se constitui como segmento social mais afetado pela violência homicida no Brasil.

O Atlas da Violência 2020, organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), dedica uma sessão exclusiva para debater acerca da mortalidade juvenil, destacando que no Brasil os homicídios são a principal causa de mortalidade de jovens, grupo etário de pessoas entre 15 e 29 anos. O estudo aponta que os homicídios foram a principal causa dos óbitos da juventude masculina, responsável pela parcela de 55,6% das mortes de jovens entre 15 e 19 anos; de 52,3% daqueles entre 20 e 24 anos; e de 43,7% dos que estão entre 25 e 29 anos (Ipea; FBSP, 2020).

Essa dinâmica homicida está presente na maior parte dos países que concentram altas taxas de homicídios, levando o pesquisador mexicano José Manuel Valenzuela a cunhar o termo *juvenicídio* para designar o fenômeno da mortalidade juvenil por meio dos homicídios. Para Valenzuela (2015), o juvenicídio é um fenômeno que atinge os jovens, sendo a classe social o eixo central nesse processo, haja vista a relação de subalternização imbricada nessa dinâmica. O autor também identifica que tal relação vivenciada pelos jovens diminui as opções disponíveis para que eles possam desenvolver projetos de vida, sendo esse um dos fatores que levam à interrupção precoce de suas vidas.

Diante disso, é importante destacar que o juvenicídio se constitui, portanto, enquanto processo que leva os jovens à morte de forma violenta por meio de homicídios decorrentes, especialmente, pela condição de precarização existencial, provocada pela violência estrutural, a qual impossibilita a construção de projetos de vida e futuro. Para Silva (2010) a violência estrutural pode ser definida como:

[...] uma forma de violência que constitui a estrutura que sustenta a sociabilidade burguesa (necessária à reprodução do capital), que nasce e emana diretamente dela, que se utiliza de uma força não necessariamente física (ainda que não abdique dela quando

necessário), capaz de impor regras, valores e propostas, quase sempre consideradas naturais, normais e necessárias, que fazem parte da essência da ordem burguesa, ou seja, formam sua natureza. A violência, então, na sua forma estrutural, se materializa envolvendo, ao mesmo tempo, a base econômica por onde se organiza o modelo societário (a infraestrutura) e sua sustentação ideológica (a superestrutura), sem que, com isso, seja endossada uma abordagem que emasculé o papel da segunda em relação à primeira [...] (Silva, 2010, p. 31).

Nesse sentido, a forma de produção e reprodução do capital gera um processo de violência estrutural, sendo que ela se encontra “[...] na sociedade, [...] terreno sócio-histórico em que se manifestam as múltiplas manifestações das violências, compreendidas como um fenômeno pluridimensional” (Scherer; Nunes, 2018, p. 8), que possui traços comuns com relação à dinâmica de classes sociais. Vázquez (1977, p. 395) aponta para a importância da análise da violência estrutural em uma perspectiva classista, uma vez que: “esquecida a raiz objetiva, econômico-social, de classe, da violência, o caminho fica livre para que a atenção se centralize na própria violência, e não no sistema que a engendra [...]”. As inúmeras condições de vulnerabilidade e de precarizações vivenciadas por grande parte dos segmentos sociais juvenis que têm suas vidas ceifadas, são resultantes de processos sociais, portanto, calcados na histórica desigualdade social que impera e se fortalece na realidade brasileira.

Além da questão de classe, o juvenicídio no Brasil também possui um nítido recorte racial, uma vez que a dinâmica do racismo estrutural é componente constitutivo da dinâmica da letalidade nesse país. O Atlas da Violência de 2020 ressalta que as taxas de mortes de jovens negros apresentaram forte crescimento ao longo dos anos; entre os brancos, os índices de mortalidade são muito menores quando comparados aos primeiros e, em muitos casos, apresentam redução. No ano de 2018, os negros representaram 75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 37,8. Comparativamente, entre os não negros (soma de brancos, amarelos e indígenas), a taxa foi de 13,9, o que significa que, para cada indivíduo não negro morto em 2018, 2,7 negros foram mortos (Ipea; FBSP, 2020).

A análise dos dados e da mortalidade juvenil no Brasil é reveladora no que diz respeito à dinâmica da descartabilidade da vida humana, que se sustenta no racismo estrutural, amparada e fundamentada pelo neoconservadorismo de cunho neoliberal. Observa-se, de forma nítida, que a lógica genocida do passado se reapresenta no presente com novas roupagens. Diante dessa realidade, mostra-se fundamental analisar como essa dinâmica homicida se particulariza no Brasil, a fim de compreender com maior densidade as particularidades da dinâmica homicida em um país com extensões continentais. No próximo item, será debatida a dinâmica homicida na cidade de Porto Alegre/RS.

VIDAS INTERROMPIDAS: A REALIDADE SOBRE OS HOMICÍDIOS DE ADOLESCENTES E JOVENS EM PORTO ALEGRE/RS

Uma das manifestações mais brutais da violência estrutural é a interrupção de vidas, durante e após sistemáticas violações de direitos. Essa realidade é possível de ser observada em todos os estados do Brasil que apresentam altas taxas de mortalidade juvenil, sendo que o estado do Rio Grande do Sul foi a unidade da Federação brasileira do Sul do país que apresentou maior crescimento nas taxas de juvenicídio nos últimos 10 anos. Com relação ao segmento juvenil, aponta-se um crescimento que chega a 64%, sendo que, no ano de 2006, foram assassinados 908 jovens e, em 2016, foram assassinados 1.608 jovens (Cerqueira, 2018).

A cidade de Porto Alegre/RS é a 12ª capital no *ranking* das capitais brasileiras com maiores taxas estimadas de homicídios, sendo a que apresenta maiores taxas de homicídio do Sul do Brasil, ficando à frente de cidades como Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, São Luís/MA e Vitória/ES (Ipea; FBSP, 2019). Para analisar essa realidade, um grupo de pesquisa vinculado à Universidade Federal, em articulação a um Movimento Social, desenvolveu um estudo com o objetivo de analisar como a relação entre os altos índices de mortalidade juvenil e o acesso das juventudes às políticas públicas no Rio Grande do Sul vinha se constituindo, a fim de subsidiar ações no âmbito da proteção social para esse segmento. Dentre seus objetivos, a investigação procura mapear os dados de mortalidade juvenil por homicídio no Rio Grande do Sul, mais especificamente no que diz respeito à cidade de Porto Alegre, a fim de identificar as características dos jovens vítimas da violência letal; bem como identificar os territórios de maior ocorrência de mortalidade juvenil na cidade de Porto Alegre³.

Para alcançar tais objetivos, foi realizada uma análise documental a partir de registros oficiais do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM).

O SIM foi desenvolvido pelo Ministério da Saúde, em 1975, e é produto da unificação de mais de quarenta modelos de instrumentos utilizados, ao longo dos anos, para coletar dados sobre mortalidade no país. Possui variáveis que permitem, a partir da *causa mortis* atestada pelo médico, construir indicadores e processar análises epidemiológicas que contribuam para a eficiência da gestão em saúde (Brasil, s.d.).

No âmbito desse sistema, foram analisados os dados específicos de mortalidade juvenil, de adolescentes e jovens de 12 até 29 anos, vitimados na cidade de Porto Alegre/RS nos anos de 2015 a 2018⁴. Buscou-se realizar diversos cruzamentos de dados, com o intuito de perceber com mais profundidade o fenômeno da mortalidade juvenil, como o perfil dos jovens mortos, os territórios onde ocorreram as mortalidades, as principais causas, entre outros.

Importante considerar que tais informações sobre a dinâmica da mortalidade de adolescentes e jovens dão visibilidade acerca do fim dessas vidas e, ao mesmo tempo, reafirmam a importância e a necessidade de que as histórias de vida desses adolescentes e jovens sejam contadas na sua integralidade, enquanto eram vividas, e reconhecidas pela sociedade como vidas que foram interrompidas violentamente. Os números não captam as dores e os vazios deixados por uma morte prematura que, não raras as vezes, são associadas a uma visibilidade perversa, sendo a importância das suas trajetórias de vida jogada a um segundo plano. Assim, essas histórias são contadas a partir do seu fim e de registros quantitativos, mas com a constante provocação de que seja pensado no “durante” dessas vidas interrompidas e das vidas que ainda estão vivas – mas em situação de risco letal –, e com a proposta de subsidiar na elaboração de políticas públicas de proteção social.

3 A presente investigação possui diversos outros objetivos e elementos metodológicos que não serão problematizados no âmbito do presente artigo.

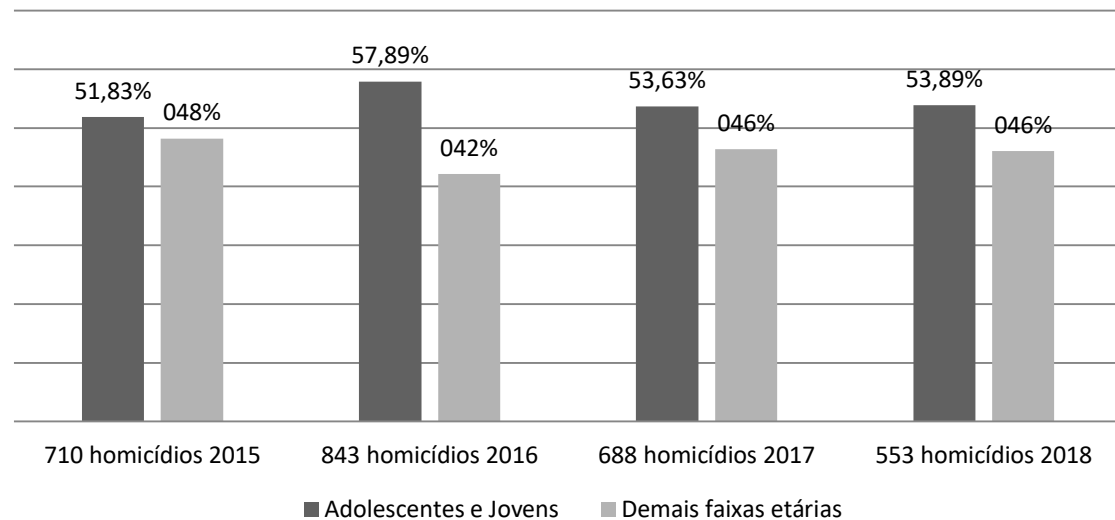
4 Originalmente, a pesquisa buscava analisar os dados dos homicídios nos anos de 2015 a 2019. Entretanto, na época em que a coleta e a análise foram realizadas, os dados de 2019 não estavam atualizados, optando-se por expor, em um primeiro momento, os dados apenas até o ano de 2018.

RASTROS DE SANGUE: A DINÂMICA DA MORTALIDADE NOS ANOS DE 2015 ATÉ 2018

Identificou-se durante a tabulação e análise dos dados do SIM, que a cidade de Porto Alegre/RS registrou, nos anos de 2015 a 2018, 2.794 homicídios, sendo 54,5% dos homicídios de adolescentes e jovens de 12 a 29 anos de idade, e 45,5% de pessoas das demais faixas etárias. Não apenas no somatório dos anos é percebido o elevado número de homicídios de adolescentes e jovens em relação às demais faixas etárias, como em cada um dos anos individualmente. O ano de 2016 foi o que apresentou maior ocorrência de homicídios, tendo sido registrados 843, nos dados do SIM.

GRÁFICO 1

Homicídios de adolescentes e jovens e demais faixas etárias, nos anos de 2015 a 2018



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (2015-2018).

Apesar de o elevado índice de homicídios em todos os anos na cidade de Porto Alegre/RS chamar a atenção, observa-se o pico no ano de 2016. Esse ano se constitui como o “ano sangrento” na cidade, uma vez que foi o período que mais concentrou mortes violentas da história de Porto Alegre, desde que o SIM iniciou a série histórica do processo de tabulação das *causas mortis* na cidade. Nessa perspectiva, torna-se frutífera a análise de Cipriani (2019), que em sua pesquisa procura analisar a emergência de um ciclo de mortes naquele ano, por meio de entrevistas, observações em alguns territórios e análises documentais. A autora ressalta que 2016 é marcado por uma guerra entre facções, com a polarização entre duas facções, chamadas de “Bala na Cara” e “Antibala”, redimensionando conflitos microlocais e englobando os grupos da capital em torno do binômio aliados e contras. Por meio dos atentados e da “caçada aos inimigos”, as facções ampliaram as vítimas em potencial, inaugurando um ciclo retaliatório de violência letal (Cipriani, 2019).

A análise de Cipriani (2019) demonstra as relações do tráfico de drogas como um elemento catalizador dos processos de mortalidade, tendo uma relação intrínseca com o juvenicídio, enquanto a interrupção de vidas jovens por mortes violentas é causada pela ausência ou diminuição das possibilidades de construções de projetos de vida. Diante do acirramento das condições de vida de toda a população, fruto da dinâmica de acumulação neoliberal, “[...] cresce – especialmente nos territórios violentados pela lógica do capital,

de forma exponencial – um mercado de trabalho extremamente lucrativo, proporcionando a possibilidade de inserção de muitos sujeitos no circuito do capital: o tráfico de drogas [...]” (Scherer, 2018, p. 259).

Além disso, entende-se que a dinâmica do tráfico de drogas é uma das que mais cresce nas regiões metropolitanas brasileiras (Soares, 2006), sendo que a resposta a esse crescimento, calcado no paradigma da guerra às drogas, resulta em confrontos armados e aumento significativo do número de óbitos (Silva; Fernandes; Braga, 2008). Nesse contexto, o tráfico de drogas se constitui como reflexo perverso da violência estrutural, que se constitui elemento basilar no processo de juvenicídio em Porto Alegre/RS, assim como em demais cidades da América Latina.

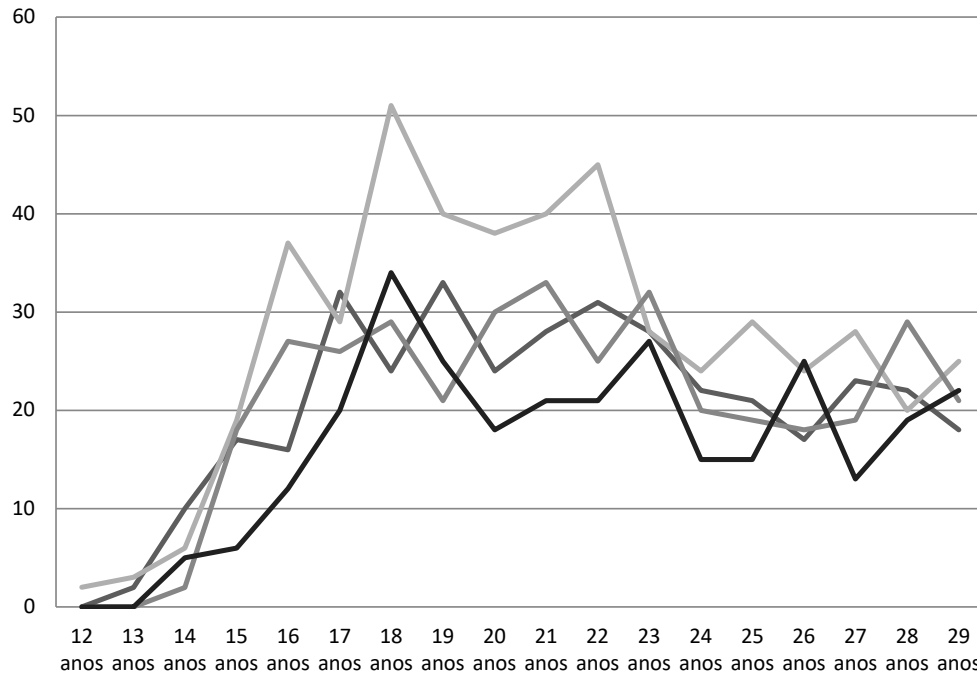
As relações com base no tráfico de drogas podem explicar as flutuações com relação à dinâmica da mortalidade, não somente em Porto Alegre/RS, mas em todo o Brasil. O Atlas da Violência de 2020 (Ipea; FBSP, 2020) refere que longos períodos de guerra entre facções⁵ ocasionam altos custos para ambos os lados, em termos de letalidade e aquisição de armas e munição, sendo que a guerra entre grupos criminais se torna inviável economicamente por um longo tempo. Esse fato poderia explicar a diminuição das taxas de homicídio juvenil em Porto Alegre/RS a partir do ano de 2016, sendo fundamental o alerta do Atlas da Violência 2020 (Ipea; FBSP, 2020, p. 13) de que a presunção sobre a correlação de forças entre as facções “pode mudar ao longo do tempo, gerando novos incentivos para guerras”, sendo que “a trégua entre facções é sempre instável e cíclica, o que pode ocasionar novos conflitos a partir de 2020”. Tal contexto se agrava com uma política de segurança pública de enfrentamento às drogas altamente ineficaz, calcada nos pressupostos de “guerra às drogas”, que vem produzindo mais mortalidade e menos perspectiva de proteção social para as populações que vivenciam precárias condições de vida.

PERFIL DE VIDAS CEIFADAS: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS VÍTIMAS POR MORTALIDADE JUVENIL EM PORTO ALEGRE/RS

O elevado número de homicídios de adolescentes e jovens indica as marcas do juvenicídio na cidade de Porto Alegre/RS, sendo observado um aumento nos índices a partir dos 15 anos de idade, que se intensificam principalmente a partir dos 16 até os 23 anos de idade, com um agravamento nos índices de mortalidade aos 18 anos.

GRÁFICO 2

Faixa etária das vítimas de homicídio, nos anos de 2015 a 2018



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (2015-2018).

Como pode ser observado no gráfico acima, o ano de 2016 apresenta não apenas maior índice de homicídios no município, dentre os quatro anos analisados, como também é o ano em que jovens de 18 anos foram mais assassinados, com 51 homicídios registrados, seguido de jovens de 22 anos, com 45 homicídios. A pesquisa de Barros *et al.* (2019), que procura investigar os homicídios de jovens na cidade de Porto Alegre/RS entre os anos 2015 à 2017, ao analisar a série histórica da mortalidade juvenil, aponta para uma tendência de redução da faixa etária da mortalidade juvenil nos últimos anos. Os homicídios entre 15 e 24 anos na cidade de Porto Alegre/RS, em 2006, representavam 34% do total de vítimas, sendo que em 2016 corresponde a 43,1% do número total (Barros *et al.*, 2019). Observa-se, assim, que o juvenicídio vem ceifando vidas cada vez mais jovens na capital gaúcha, o que aponta para a urgência de mecanismos de proteção social para esse segmento.

Além da faixa etária que mais apresenta a interrupção das vidas para as juventudes, há também que se considerar outras informações, tais como: sexo, raça/cor, local de residência e da ocorrência do homicídio. Sobre o sexo das vítimas de homicídio, destaca-se que a maioria é do sexo masculino, haja vista que, entre os anos de 2015 a 2018, representaram 91,86% dos que foram vitimados; 7,94% eram do sexo feminino; e 0,20% tiveram o sexo registrado no SIM como IGN (ignorado). Observa-se, diante disso, que Porto Alegre/RS segue a tendência nacional no que diz respeito à vitimização por mortes violentas que se concentram em jovens do sexo masculino.

Nesse sentido, também observa-se a predominância dos homicídios de adolescentes e jovens do sexo masculino em cada um dos anos individualmente, ultrapassando os 90% em 2015 e 2016. Referente aos homicídios de adolescentes e jovens do sexo feminino, verifica-se aumento no número de ocorrências

a partir de 2016: 2015, com 19 homicídios (1,25%); 2016, com 33 homicídios (2,17%); 2017, com 38 homicídios (2,50%); e 2018, com 31 homicídios (2,04%). Nesse sentido, mostra-se necessário observar o aumento da mortalidade de jovens do sexo feminino na cidade e as possíveis causas desse aumento ao longo dos últimos anos.

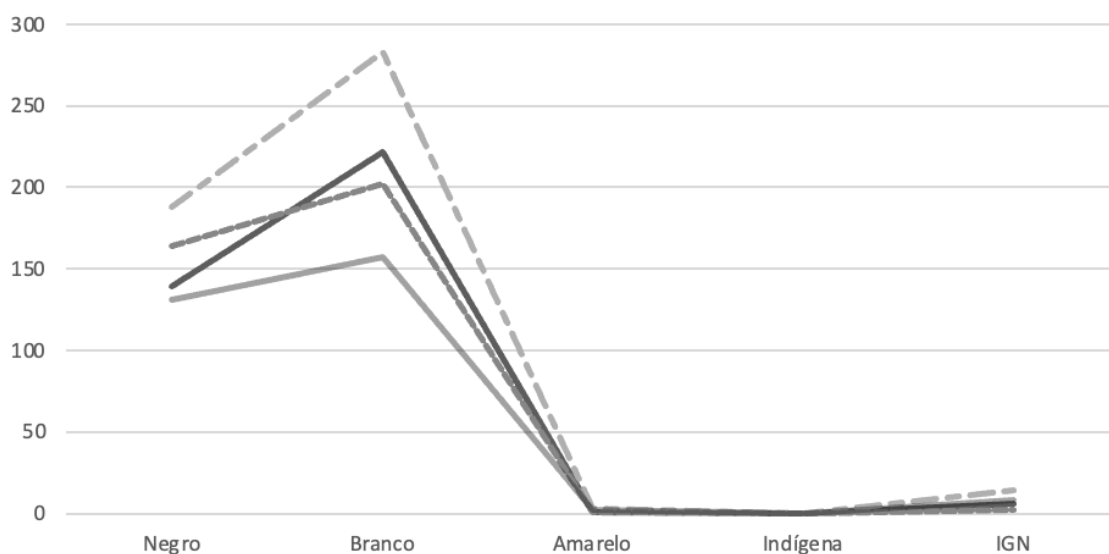
A análise referente à raça/cor se constitui em um elemento fundamental para a compreensão da dinâmica da mortalidade juvenil, uma vez que, como referido anteriormente, o juvenicídio no Brasil possui um nítido recorte racial, haja vista que a juventude negra no Brasil (soma de pretos e pardos, segundo classificação do IBGE), em 2018, representou 75,7% das vítimas de homicídios no Brasil (Ipea; FBSP, 2020).

No contexto de Porto Alegre/RS, identifica-se, a partir desta pesquisa, que dos 1.523 homicídios ocorridos anos de 2015 a 2018, foram registrados, em números absolutos, mais homicídios de jovens e adolescentes da raça/cor branca, com 864 (56,73%) ocorrências; seguida da negra, com 622 ocorrências (40,84%); da amarela, com 7 ocorrências (0,46%); 30 (1,27%) desses homicídios foram registrados como IGN (ignorado); e não foram registrados homicídios de pessoas indígenas.

O Gráfico 3, abaixo, demonstra os dados da raça/cor das vítimas de homicídios em Porto Alegre/RS nos anos de 2015 a 2018.

GRÁFICO 3

A raça/cor dos adolescentes e jovens vítimas de homicídio



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (2015-2018).

Apesar de terem morrido mais brancos que negros, em números absolutos, há que se considerar, contudo, que a população negra correspondia, em 2010, a somente 20,24% da população no município de Porto Alegre/RS⁶. Assim, ao analisar as taxas proporcionais de mortalidade de adolescentes e jovens no município, considerando o índice populacional desse segmento social na cidade, segundo o Censo de 2010 (IBGE, 2010; 2011), é possível observar que Porto Alegre segue a tendência nacional de vitimização

6 A cidade de Porto Alegre/RS contava com 79,23% de residentes do município autodeclarados brancos e 20,24%, autodeclarados pretos ou pardos, de um total de 1.409.351 habitantes (IBGE, 2010; Observa POA, 2013; PMPA, 2024).

maior de jovens negros do que de brancos por homicídios: no período estudado de 2015 a 2018, os adolescentes e jovens negros vitimados representam 0,22%, ao passo que os adolescentes e jovens brancos representam 0,08%.

Além desses aspectos, a partir da realização da tabulação e análise dos dados do SIM, identificou-se que um aumento considerável dos índices de mortalidade juvenil entre negros na cidade de Porto Alegre/RS, subindo de 37,7% em 2015 (de um total de 368 homicídios), para 43,96% no ano de 2018 (de um total de 298 homicídios). No mesmo período, os índices de homicídios de adolescentes e jovens brancos diminuíram de 60,33% em 2015 para 52,68% em 2018.

Tal análise corrobora com outros estudos acerca da vitimização de jovens na cidade, como os apontamentos do Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPOA), que divulga informações sobre o homicídio juvenil masculino negro, de jovens de 15 a 29 anos de idade, referindo que, de 2000 a 2010, o indicador da mortalidade de jovens negros teve uma ampliação de taxa subindo de 217,28 para 240,76; enquanto da população não negra teve uma diminuição de suas taxas passando de 107,20 para 52,62 (ObservaPOA, 2013). Isso aponta que os índices de vitimização de jovens negros na cidade de Porto Alegre/RS tiveram um aumento considerável na última década, dando visibilidade para o genocídio da juventude negra na cidade.

O estudo de Barros *et al.* (2019) também aponta para uma curva ascendente da representação dos negros em relação ao conjunto de homicídios dos jovens moradores de Porto Alegre, que é acompanhada por uma curva descendente da representação dos homens na totalidade das vítimas, sendo que o acréscimo das mortes por homicídios na última década se concentrou sobre a população negra do estado. As características da dinâmica homicida na cidade também se expressam territorialmente, compreendendo o território como um espaço vivo, formado por sujeitos que tecem espacialmente seu cotidiano e constroem suas histórias, e que ilustra desigualdades e resistências no processo de desenvolvimento de determinados espaços.

TERRITÓRIOS VIOLENTADOS E JUVENICÍDIO: A MORTALIDADE NA GEOGRAFIA DA CIDADE DE PORTO ALEGRE/RS

Compreende-se o território como o espaço onde se estabelecem as relações sociais, considerando também a dinâmica capitalista de produção em que se desenrolam. Dessa forma, os territórios são heterogêneos e são construídos social e historicamente, permeados por contradições e lutas no cotidiano das populações (Scherer, 2018). Nesse sentido, a cidade de Porto Alegre/RS, assim como grande parte das capitais brasileiras, ilustra em sua geografia um enorme processo de desigualdade social. Entende-se que o capitalismo permeia as relações estabelecidas nesse território, de modo que influi nas relações de poder e da luta de classes, evidenciando também uma dinâmica de segregação, sendo que todas essas questões selecionam segmentos específicos das juventudes porto-alegrenses (jovens negros, do sexo masculino e em situação de pobreza). Entende-se, portanto, que a mortalidade juvenil é parte e expressão desse processo, em que as desigualdades territoriais se expressam na forma mais cruel de violação de direitos: o direito à vida. Assim, são nos territórios com maiores índices de pobreza, vulnerabilidade e precariedade no acesso às políticas públicas que se concentram as maiores taxas de mortalidade juvenil na cidade de Porto Alegre/RS.

A própria dimensão espacial também revela dimensões do racismo estrutural, transversalizado em todas as relações sociais tecidas no âmbito da sociedade capitalista. Nos registros do SIM, é possível

identificar os bairros de residência dos adolescentes e jovens vítimas de homicídio e, a partir disso, foram identificados aqueles com os maiores índices de mortalidade juvenil na cidade de Porto Alegre/RS, nos anos pesquisados: Restinga (17,68%), Lomba do Pinheiro (11,17%), Sarandi (10,41%), Santa Tereza (9,87%) e Rubem Berta (8,99%). Esses bairros, segundo o IBGE (2010), apresentam maior concentração da população negra na cidade de Porto Alegre. A composição racial da capital gaúcha apresenta 20,24% de pessoas negras (IBGE, 2012; Observa Poa, 2013; PMPA, 2024), sendo que todos os bairros supracitados da capital gaúcha superam essa média. Em contraponto, os bairros que apresentam menor concentração de população negra são aqueles que apresentam os mais baixos índices de violência letal contra a juventude que ali reside, no período de 2015 a 2018, conforme identificado na coleta e análise dos dados do SIM, sendo: Moinhos de Vento (0%), Chácara das Pedras (0%), Três Figueiras (0%), Higienópolis (0%) e Boa Vista (0,1%), sendo que, nas quatro primeiras localidades referidas, não foi registrado nenhum homicídio contra jovens no período analisado.

Visto isso, é relevante perceber a relação entre os dados de mortalidade dos residentes dos bairros com maiores índices de homicídio, com os índices de Desenvolvimento Humano (IDH), os quais, em sua maioria, demonstraram baixos valores se comparados ao IDH geral do município, que foi de 0,805, considerado “muito alto” entre as faixas elencadas para medir o desenvolvimento dos municípios (PMPA, s.d; IBGE, 2010). Restinga apresentou IDH de 0,685; Lomba do Pinheiro, de 0,683; a região Norte do município, onde Sarandi está localizado, apresentou IDH de 0,729; a região do Eixo Baltazar, onde está Rubem Berta, o IDH era de 0,779; e a região Cruzeiro, onde se localiza Santa Tereza, o IDH era de 0,747 (Santos; Massuquetti; Cardoso Michels, 2020)

Dessa forma, a análise dos territórios com altos índices de mortalidade juvenil de seus residentes na cidade de Porto Alegre/RS revela a nítida relação existente entre a divisão capitalista do espaço, o racismo e a dinâmica da mortalidade juvenil. A cidade de Porto Alegre se consolidou como uma capital marcada por processos de dialética contraditória entre gentrificação e favelização⁷, onde as populações residentes nos territórios com piores índices de desenvolvimento humano e precários acessos às políticas públicas vivenciam, em seu cotidiano, o juvenicídio enquanto expressão mais trágica das violações de direitos. Urge, nesse sentido, a construção de políticas públicas que possam, de forma efetiva, consolidar perspectivas de proteção social para as juventudes, especialmente nos territórios que apresentam maiores índices e mortalidade juvenil, contrapondo a hegemonia neoliberal e neoconservadora. A luta na perspectiva da garantia de direitos das juventudes é elemento central, em uma conjuntura em que o sangue jovem é derramado, mortes são naturalizadas e dores apagadas, em um processo perverso que ilustra a barbárie em nome da ordem do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O juvenicídio se constitui como a expressão mais perversa de um complexo processo que envolve diversos elementos, estando calcado na lógica da reificação humana, típica da forma de sociabilidade do capital, diante de um momento de agravamento de sua crise estrutural. No atual contexto, o avanço neoliberal, compreendido como racionalidade que, grande parte das vezes, se fundamenta e se fortalece em perspectivas neoconservadoras, auxilia na naturalização e no aprofundamento desse fenômeno. A

7 Conforme aponta Scherer *et al.* (2021), o termo gentrificação emerge na década de 1960, através dos estudos da socióloga inglesa Ruth Glass, para designar o fenômeno que se refere à concepção de “tornar nobre” um determinado espaço. Para o autor, o processo de gentrificação acarreta, de um lado, a produção de “bairros nobres” e, de outro, a ampliação de espaços de favelização em determinados territórios, em uma nítida contradição estrutural da cidade sob os signos neoliberais.

retração de direitos e o avanço do Estado Penal, por meio dos processos de criminalização da pobreza, escamoteada por meio das estratégias de “guerra às drogas”, se constituem como elementos que tendem a agravar esse fenômeno. A precarização existencial contribui para absorção de uma gama de jovens no mercado varejista do tráfico de drogas, se constituindo como elemento catalizador da dinâmica da mortalidade, tanto por suas relações entre facções como pela forma que se estabelece a política de segurança pública do Estado brasileiro.

A lógica do descarte de vidas humanas não se constitui como fenômeno novo na realidade do Brasil, sendo que o contexto contemporâneo apresenta, com novas roupagens, as velhas estratégias de reificação da vida humana, constitutivas do seu processo de constituição histórica. A imensa desigualdade social, agravada ainda mais em tempos de pandemia, é elemento fundante do juvenicídio, sendo que tal desigualdade se constitui na essência da lógica do capital, potencializada no capitalismo brasileiro – constituído na lógica da superexploração da força de trabalho como requisito fundamental da marca da dependência do capital internacional.

A análise dos dados, realizada por meio do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), acerca da cidade de Porto Alegre/RS é reveladora no que se refere à dinâmica do juvenicídio na cidade, sendo que a capital gaúcha segue a tendência nacional de vitimização de jovens. A dinâmica da mortalidade juvenil na cidade de Porto Alegre, no período analisado, inicia com maior incidência a partir dos 15 anos de idade e se intensifica principalmente a partir dos 16 até os 22 anos de idade, com um agravamento nos índices de mortalidade aos 18 anos. Na série histórica analisada, o ano de 2016 se constitui como o período com maior ápice dos índices de mortalidade, o que indica para os impactos das guerras entre facções nos índices de mortalidade juvenil. Evidencia-se o racismo estrutural como elemento que compõe o juvenicídio no Brasil, sendo que, proporcionalmente, Porto Alegre/RS tem ceifado mais as vidas de jovens negros do sexo masculino. São os jovens moradores de territórios habitados por corpos negros que vivenciam com mais intensidade a dinâmica da mortalidade juvenil. Os territórios que concentram os maiores índices de mortalidade juvenil vivenciam com maior intensidade a precarização de políticas públicas e a falta de serviços básicos na perspectiva da proteção social.

A investigação também revela lacunas no âmbito do monitoramento da mortalidade juvenil, uma vez que há informações registradas no SIM, como “IGN- ignorado” ou “Vazio”, que dificultam a análise dos dados coletados. Por exemplo: se for considerado o critério de análise “bairro”, observa-se que 249 adolescentes e jovens tiveram seus bairros de residência registrados como IGN ou Vazio; isso ocorre, segundo a Secretaria Municipal de Saúde, quando não é possível identificar os bairros de residência ou quando a pessoa não possui residência alguma. O mesmo ocorreu referente à raça/cor e ao sexo: no total dos anos pesquisados, 30 adolescentes e jovens tiveram sua raça/cor registrada como “IGN”, bem como 3 pessoas tiveram seu sexo registrado também como “IGN”. Sem essas informações, torna-se mais difícil a construção de estratégias de prevenção à mortalidade juvenil, não apenas nos bairros de residência, mas também nos bairros onde os homicídios ocorrem, tendo em vista a proteção dos adolescentes e jovens mais vitimados pelo juvenicídio. As lacunas indicadas apontam para a necessidade de visibilizar melhor tais informações, para que se possam ser identificadas mais características da dinâmica homicida em Porto Alegre/RS.

Evidencia-se, nesse sentido, a urgente necessidade de construção de políticas de proteção social para as juventudes, uma vez que, apesar dos avanços legais nas últimas décadas acerca do reconhecimento dos direitos juvenis, observam-se poucas e frágeis políticas públicas para as juventudes na realidade brasileira em nível nacional, com frágeis capilaridades entre os estados e municípios. O estado do Rio Grande do

Sul e a cidade de Porto Alegre, assim como a maior parte dos estados e das cidades do Brasil, não contam com planos de enfrentamento aos homicídios de adolescentes e jovens, descumprindo com o seu papel de construir políticas públicas para a proteção social de seus cidadãos, como indica os preceitos constitucionais. O juvenicídio escancara da forma mais trágica possível a desproteção social das juventudes, sendo que o sangue jovem continuará sendo derramado, caso não seja revertida a tendência de retração estatal de precarização de políticas públicas, que se constitui como marca do Estado brasileiro no cenário atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROCO, Maria Lucia. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BARROS, Betina Warmling; COSTA, Ana Paula Motta; ARAÚJO, Giovanna da Silva; CUNHA, Victória Hoff da. Territórios de morte: visibilidade dos jovens residentes em Porto Alegre vítimas de homicídio nos anos de 2015, 2016 e 2017. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 225-252, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/39935>. Acesso em: 16 set. 2021.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor; HABERMAS, Jurgen. **Textos escolhidos**. Trad.: José Lino Grunnewald *et al.* São Paulo: Abril Cultural, 1987. (Os Pensadores). p. 166-196

BRASIL. **Apresentação do Sistema de Informações sobre Mortalidade**. Brasília, DF, s.d.: Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE); Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis DAENT/SVSA/MS. Disponível em: <https://svs.aids.gov.br/daent/cgiae/sim/apresentacao/>. Acesso em: 17 jan. 2021.

CASARA, Rubens. Precisamos falar sobre a “direita jurídica”. In: GALLEGO, Esther Solano (Org). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 75-81

CERQUEIRA, Daniel (Coord.). **Atlas da Violência 2018: políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: Ipea; FBSP, jun. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2DZlgU7>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CIPRIANI, Marcelli. **Os coletivos criminais de Porto Alegre entre a “paz” na prisão e a guerra na rua**. 2019. 291 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2019. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/10345/2/Marcelli_Cipriani_Rodrigues_Dis.pdf. Acesso em: 5 jul. 2021.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 5.ed. São Paulo: Globo, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HARVEY, David. **Para entender o capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**: Características da população e dos domicílios. Resultados do universo. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; IBGE, 2011. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 25 maio 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Porto Alegre: Censo 2010. **Portal do IBGE**, Cidades, Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Censo 2010, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/pesquisa/23/27652?detalhes=true>. Acesso em: 10 jan. 2025.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Orgs.). **Atlas da Violência 2019**. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea; São Paulo: FBSP, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3iy4St2>. Acesso em: 10 jan. 2025.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2020**. São Paulo: FBSP; Rio de Janeiro: Ipea, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3519-atlasdaviolencia2020completo.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Trad.: Wanda Nogueira Caldeira Brant. Trad. das teses: Jeanne Marie Gagnebin; Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**: estudos de dialética marxista. Trad.: Telma Costa. 2 ed. Rio de Janeiro: Elfos; Portugal: Publicações Escorpião, 1989.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

OBSERVAPOA. Observando as condições Sociais da População Negra em Porto Alegre. **Revista do Observatório de Porto Alegre**, Porto Alegre, v.1, n.1, 2013. Disponível em: https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_img/observapoa/Revistas/3.%20observando_v.3_n.2_2013_cond%20populacao%20negra.pdf p. 10. Acesso em: 19 jan. 2025.

PORTO ALGRE, Prefeitura Municipal de. Porto Alegre atinge faixa mais alta do IDH dos municípios. Porto Alegre, s.d. Disponível em: [https://www2.portoalegre.rs.gov.br/acessibilidade_smarty/default.php?projeto_sec=144&p_secao=3&pg=258&p_req=162492#:~:text=Os%20munic%C3%ADpios%20ga%C3%BAchos%20t%C3%AAm%20IDHM,educa%C3%A7%C3%A3o%20\(0%2C642%20no%20RS\)](https://www2.portoalegre.rs.gov.br/acessibilidade_smarty/default.php?projeto_sec=144&p_secao=3&pg=258&p_req=162492#:~:text=Os%20munic%C3%ADpios%20ga%C3%BAchos%20t%C3%AAm%20IDHM,educa%C3%A7%C3%A3o%20(0%2C642%20no%20RS).). Acesso em: 19 jan. 2025.

PORTO ALGRE, Prefeitura Municipal de. **Boletim epidemiológico**: População Negra. Secretaria Municipal de Saúde, Porto Alegre, 2024. Disponível em: https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/hotsites/sms/vigilancia-em-saude/BOLETINS%20TEMATICOS/BT_Novembro_Negro_2024.pdf. Acesso em: 19 jan. 2025.

PORTO ALGRE, Prefeitura Municipal de. **Sistema de Informações sobre Mortalidade**. Eventos Vitais. Porto Alegre: PMPA, 2015-2018. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/sms/vigilancia-em-saude/eventos-vitais#:~:text=O%20Sistema%20de%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20sobre,emitida%20pelo%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde>. Acesso em: 17 jan. 2025.

SANTOS, Graciela Lobato dos; MASSUQUETTI, Angélica; CARDOSO MICHELS, Karen Forneck. O Desenvolvimento Humano em Porto Alegre: uma Análise das Dimensões Longevidade e Saúde, Educação, Renda e Trabalho em Regiões Seleccionadas no Período 2000-2010. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, v. 34, n. 2, 2020. DOI: 10.14393/REE-v34n2a2020-41669. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/41669>. Acesso em: 19 jan. 2025.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: Presente e futuro. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 56, p. 91-106, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10124/11705>. Acesso em 20 de jan. 2025.

SCHERER, Giovane Antonio. Territórios violentados e vidas descartáveis: a dinâmica espacial do capital diante da crise estrutural. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 18, n. 2, p. 251-265, 2018. Disponível em: <http://revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/10904/209209210378>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SCHERER, Giovane Antonio; NUNES, Cíntia Florence. Juvenicídio: a descartabilidade da vida humana no Brasil contemporâneo. In: **Anais do 6º Encontro Internacional de Política Social; 13º Encontro Nacional de Política Social**. Eixo: Direitos humanos, segurança pública e sistema jurídico. Vitória/ES, 4-7 jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/20082/13427>. Acesso em: 25 maio 2023.

SCHERER, Giovane Antonio; BRAGAGNOLO, Cristina Bettio; VALLS, Laura Barcellos de; CÉSAR, Maurício da Silva. Gentrificação e Juvenicídio: uma análise dos índices de mortalidade juvenil na cidade de Porto Alegre. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 22, n. 58, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/1984-1191.120985>.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social: resistência e emancipação?**. 2010. 210 f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106702/silva_jfss_ld_franca.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 maio 2023.

SILVA, Jailson de Souza e; FERNANDES, Fernando Lannes; BRAGA, Raquel Willadino. Grupos criminosos armados com domínio de território: reflexões sobre a territorialidade do crime na região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: JUSTIÇA GLOBAL (Org.). **Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008, p. 16-24.

UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime. **Global Study on Homicide: understanding homicide: typologies, demographic factors, mechanisms and contributors**. Vienna: UNODC, 2019. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/Booklet_3.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.

VALENZUELA, José Manuel (Org.). **Juvenicídio: Ayotzinapa y las vidas precarias en América Latina y España**. Barcelona: NED Ediciones, 2015.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**